

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.300.674	2.019.475
1.01	Ativo Circulante	1.394.902	1.363.002
1.01.01	Disponibilidades	94.530	79.028
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	618.416	374.066
1.01.02.01	Aplicações no mercado Aberto	532.281	300.006
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	86.135	74.060
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	4.615	229.296
1.01.03.01	Carteira Própria	2.769	223.447
1.01.03.02	Vinculados a Compra e Recompra	0	4.051
1.01.03.05	Vinculados a Prestação de Garantias	1.846	1.798
1.01.04	Relações Interfinanceiras	126.198	153.478
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	4.324	19
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	121.828	153.407
1.01.04.03	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	3	10
1.01.04.04	Correspondentes	43	42
1.01.06	Operações de Crédito	500.344	468.372
1.01.06.02	Setor Privado	521.874	487.182
1.01.06.03	(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	-21.530	-18.810
1.01.08	Outros Créditos	48.817	55.908
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	155	158
1.01.08.02	Rendas a Receber	1.386	1.003
1.01.08.04	Diversos	49.133	55.586
1.01.08.05	(Provisão p/ Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-1.857	-839
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.982	2.854
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	3.396	3.489
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-1.479	-1.553
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	65	918
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	865.346	616.071
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	414.124	185.824
1.02.02.01	Carteira Própria	411.115	185.824
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	3.009	0
1.02.03	Relações Interfinanceiras	54.352	54.224
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	54.352	54.224
1.02.05	Operações de Crédito	383.393	361.974
1.02.05.02	Setor Privado	399.891	376.511
1.02.05.03	(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	-16.498	-14.537
1.02.07	Outros Créditos	13.477	14.049
1.02.07.01	Diversos	13.477	14.049
1.03	Ativo Permanente	40.426	40.402
1.03.01	Investimentos	33	33
1.03.01.04	Outros Investimentos	171	171
1.03.01.04.01	Outros Investimentos	171	171
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-138	-138
1.03.02	Imobilizado de Uso	38.715	38.512
1.03.02.01	Imóveis de Uso	44.721	44.721

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	51.606	49.827
1.03.02.03	(Depreciação Acumulada)	-57.612	-56.036
1.03.04	Intangível	1.642	1.794
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	2.583	2.582
1.03.04.02	(Amortização Acumulada - Intangível)	-941	-788
1.03.05	Diferido	36	63
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	546	546
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	-510	-483

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.300.674	2.019.475
2.01	Passivo Circulante	1.919.486	1.711.659
2.01.01	Depósitos	1.810.645	1.614.431
2.01.01.01	Depósitos a Vista	652.716	709.684
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	304.888	297.359
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	65.400	45.511
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	787.641	561.877
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	2.999	4.037
2.01.02.01	Carteira de Terceiros	2.999	0
2.01.02.02	Carteira Própria	0	4.037
2.01.04	Relações Interfinanceiras	9.746	15
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	9.601	0
2.01.04.02	Correspondentes	145	15
2.01.05	Relações Interdependências	147	68
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	118	68
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	29	0
2.01.09	Outras Obrigações	95.949	93.108
2.01.09.01	Cobrança de Arrecadação de Tributos e Assemelhados	5.556	620
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	2.616	2.645
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	11.406	10.717
2.01.09.04	Negociação e Intermediação de Valores	6.281	9.546
2.01.09.05	Diversas	70.090	69.580
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	100.007	43.675
2.02.01	Depósitos	78.107	21.094
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	78.107	21.094
2.02.09	Outras Obrigações	21.900	22.581
2.02.09.01	Diversas	21.900	22.581
2.05	Patrimônio Líquido	281.181	264.141
2.05.01	Capital Social Realizado	105.895	105.895
2.05.01.01	Ações Ordinárias - País	105.895	105.895
2.05.04	Reservas de Lucro	158.246	158.246
2.05.04.01	Legal	9.670	9.670
2.05.04.02	Estatutária	148.576	148.576
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	17.040	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	120.190	88.331
3.01.01	Operações de Crédito	94.852	71.200
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Val. Mobiliários	23.832	15.646
3.01.03	Resultado das Aplicações Compulsórias	1.490	1.481
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	16	4
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-38.205	-21.504
3.02.01	Despesas de Captação no Mercado	-29.487	-18.133
3.02.03	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-8.718	-3.371
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	81.985	66.827
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-48.156	-41.756
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	7.344	7.188
3.04.02	Despesas de Pessoal	-28.635	-24.472
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-22.423	-20.262
3.04.03.01	Despesas de Água, Energia e Gás	-688	-662
3.04.03.02	Despesas de Aluguéis	-503	-425
3.04.03.03	Despesas de Comunicação	-3.418	-2.580
3.04.03.04	Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-1.020	-1.394
3.04.03.05	Despesas de Material	-215	-285
3.04.03.06	Despesas de Processamento de Dados	-4.504	-3.793
3.04.03.07	Despesas de Promoções e Relações Públicas	-437	-119
3.04.03.08	Despesas de Propaganda e Publicidade	-219	-574
3.04.03.09	Despesas de Publicação	-108	-171
3.04.03.10	Despesas de Seguros	-84	-77
3.04.03.11	Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	-1.525	-1.446
3.04.03.12	Despesas de Serviços de Terceiros	-1.204	-1.306
3.04.03.13	Despesas de Serviços de Vigilância e Segur. Bancária	-1.600	-1.758
3.04.03.14	Despesas de Serviços Técnicos Especializados	-165	-128
3.04.03.15	Despesas de Transporte	-4.194	-3.120
3.04.03.16	Despesas de Viagem no País	-107	-92
3.04.03.17	Despesas de Multas Aplicadas pelo Bacen	-3	-4
3.04.03.18	Outras Despesas Administrativas	-641	-587
3.04.03.19	Despesas de Amortização e Depreciação	-1.764	-1.720
3.04.03.20	Contribuições Filantrópicas	-24	-21
3.04.04	Despesas Tributárias	-5.134	-4.201
3.04.04.01	Desp. de Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza	-368	-352
3.04.04.02	Despesas de Contribuições ao Finsocial	-3.931	-3.127
3.04.04.03	Despesas de Contribuições ao Pis/Pasep	-639	-508
3.04.04.05	Despesas Tributárias	-196	-214
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	2.032	1.727
3.04.05.01	Recuperação de Encargos e Despesas	25	593
3.04.05.02	Outras Rendas Operacionais	935	788
3.04.05.03	Outras	1.072	346
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.340	-1.736
3.04.06.02	Descontos Concedidos	-15	-9

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.04.06.04	Despesas de Atualização de Impostos e Contribuições	-93	-120
3.04.06.05	Outras Despesas Operacionais	-1.232	-1.607
3.05	Resultado Operacional	33.829	25.071
3.06	Resultado Não Operacional	308	-159
3.06.01	Receitas	428	166
3.06.01.01	Receitas Não Operacionais	428	166
3.06.02	Despesas	-120	-325
3.06.02.01	Despesas Não Operacionais	-120	-325
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	34.137	24.912
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-14.513	-9.331
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-6.316	-4.066
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-3.825	-2.457
3.08.03	Ativo Diferido	-4.372	-2.808
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-2.584	-2.064
3.10.01	Participações	-2.584	-2.064
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	17.040	13.517
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	1,78961	1,41961

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.133	25.272
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	18.796	15.237
6.01.01.01	Lucro Líquido	17.040	13.517
6.01.01.02	Depreciação/Amortização	1.756	1.720
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.663	10.035
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-244.350	15.287
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-3.618	115.555
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	36.961	36.593
6.01.02.04	Operações de Crédito	-53.391	-55.460
6.01.02.05	Outros Créditos	7.663	-14.730
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	723	768
6.01.02.07	Outras Obrigações	2.160	-3.291
6.01.02.08	Depósitos	253.227	-51.986
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	-1.038	-32.701
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.631	-1.132
6.02.01	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	148	86
6.02.02	Alienação de Imobilizado de Uso	263	27
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso	-2.042	-1.184
6.02.05	Aplicação no Intangível	0	-61
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.502	24.140
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	79.028	55.662
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	94.530	79.802

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	105.895	0	0	158.246	0	0	264.141
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	105.895	0	0	158.246	0	0	264.141
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	17.040	0	17.040
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	105.895	0	0	158.246	17.040	0	281.181

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	105.895	5.511	0	99.874	0	0	211.280
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	105.895	5.511	0	99.874	0	0	211.280
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	13.517	0	13.517
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	105.895	5.511	0	99.874	13.517	0	224.797

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	120.539	92.907
7.01.01	Intermediação Financeira	117.988	86.309
7.01.02	Prestação de Serviços	7.345	7.188
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.646	-3.025
7.01.04	Outras	2.852	2.435
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-29.868	-18.388
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-20.499	-18.788
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-1.700	-1.692
7.03.02	Serviços de Terceiros	-18.457	-16.425
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-342	-671
7.04	Valor Adicionado Bruto	70.172	55.731
7.05	Retenções	-1.764	-1.720
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.764	-1.720
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	68.408	54.011
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	68.408	54.011
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	68.408	54.011
7.09.01	Pessoal	27.435	23.171
7.09.01.01	Remuneração Direta	17.567	16.210
7.09.01.02	Benefícios	8.564	5.830
7.09.01.03	F.G.T.S.	1.304	1.131
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	23.430	16.897
7.09.02.01	Federais	22.884	16.347
7.09.02.03	Municipais	546	550
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	503	426
7.09.03.01	Aluguéis	503	426
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	17.040	13.517
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.040	13.517

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes,

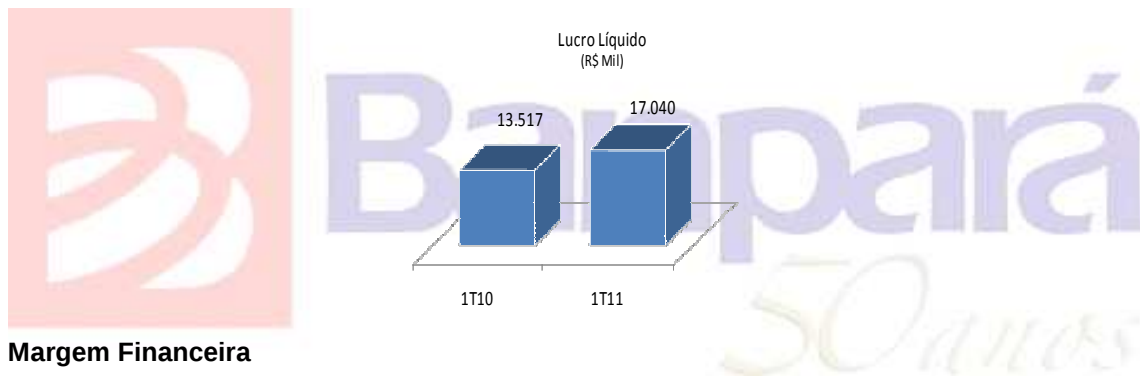
Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco do Estado do Pará S.A. (BANPARÁ), relativos ao primeiro trimestre 2011, elaborados de conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Desempenho

Apresentamos os principais resultados do BANPARÁ, no primeiro trimestre de 2011.

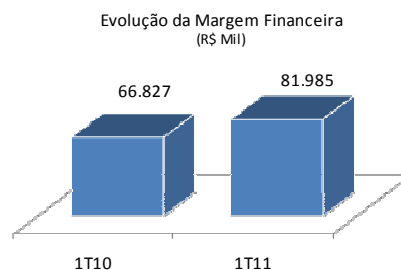
Lucro Líquido

No primeiro trimestre de 2011, o BANPARÁ apresentou lucro líquido de R\$ 17.040 mil crescimento de 26,0% frente aos R\$ 13.517 mil do primeiro trimestre de 2010. Esse desempenho corresponde a um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 6,7%, 0,14 pontos percentuais superiores ao índice do mesmo período do ano anterior.



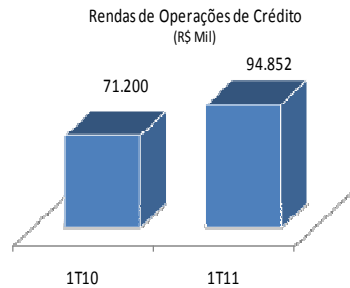
Margem Financeira

A margem financeira líquida (após a provisão para devedores) registrou R\$ 81.985 mil no primeiro trimestre deste ano, evolução de 22,7% quando comparada com a margem do mesmo período de 2010. As receitas com intermediação financeira totalizaram R\$ 120.190 mil, superior 36,1% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, sendo que as rendas com operações de créditos (incluindo recuperações de crédito) contribuíram com 78,9% para o total alcançado.



Comentário do Desempenho

O desempenho do primeiro trimestre de 2011 reflete o crescimento das receitas da intermediação financeira, com destaque para as de operações de crédito que atingiram o valor acumulado de R\$ 94.852 mil, superior 33,2% se comparado com as registradas no mesmo período de 2010.



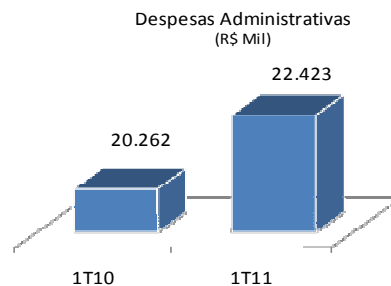
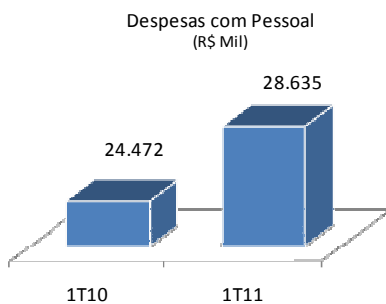
As despesas com intermediação financeira totalizaram R\$ 38.205 mil, crescimento de 77,7% em relação ao total de R\$ 21.504 mil do mesmo período do ano anterior. As despesas com captação atingiram R\$ 29.487 mil crescimento de 62,6% em relação ao total apresentado em março de 2010.

O saldo das despesas com provisão para devedores duvidosos evoluiu 158,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo R\$ 8.718 mil frente aos R\$ 3.371 mil apresentados no mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi em decorrência do significativo crescimento da carteira de crédito.

Demais Receitas e Despesas Operacionais

Ao final do primeiro trimestre de 2011 as rendas de prestação de serviços totalizaram R\$ 7.344 mil, evolução de 2,2% quando comparadas com as apresentadas no mesmo período de 2010.

As despesas de pessoal atingiram, neste trimestre, R\$ 28.635 mil, crescimento de 17,0% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior. As demais despesas administrativas atingiram R\$22.423 mil, 10,7% superior ao total registrado no mesmo trimestre de 2010.

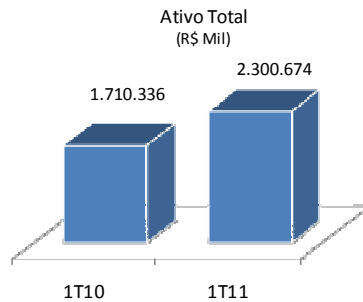


Evolução Patrimonial

Ativos

Ao final do primeiro trimestre de 2011, os ativos totais alcançaram saldo de R\$ 2.300.674 mil, equivalente ao crescimento de 34,5% em relação ao registrado no mesmo período de 2010, aumento esse decorrente, principalmente, da expansão da captação de depósitos e do incremento das operações de crédito.

Comentário do Desempenho

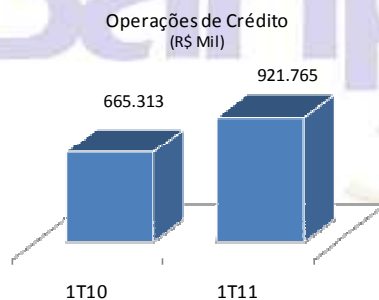


As operações de crédito cresceram 38,5%, totalizando R\$ 921.765 mil ao final do primeiro trimestre de 2011. O segmento empréstimos pessoa física e jurídica alcançou o patamar de R\$ 910.276 mil evolução de 39,6% quando comparado com os R\$ 652.091 apresentados no primeiro trimestre de 2010.

Nesta linha os Consignados representam 68,6% ou R\$ 624.397 mil do total da carteira de empréstimos pessoa física, onde se destaca a evolução de 22,6% do Consignado Estadual, que alcançou saldo de R\$420.698 mil, e do Consignado Inativo Pensionista, que atingiu R\$ 189.829 mil no período.

Nas demais linhas observou-se o crescimento de 11,6% do Banpará Comunidade, que alcançou R\$ 13.580 mil e os Sazonais que alcançaram R\$ 16.468 mil.

O índice de inadimplência da carteira de empréstimos atingiu 0,96%, com redução de 0,27 pontos percentuais em relação ao índice registrado no primeiro trimestre de 2010, que foi de 1,23%.

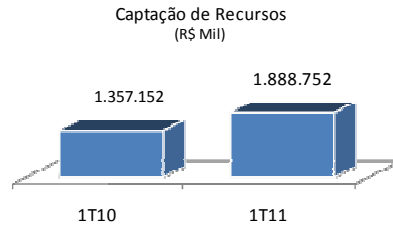


Captações

Os recursos captados totalizaram R\$ 1.888.752 mil no primeiro trimestre de 2011, que equivale a um crescimento de 39,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

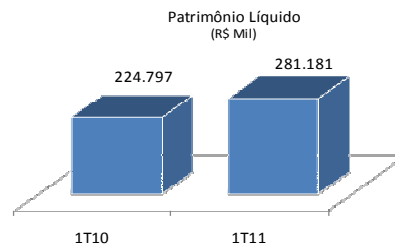
O saldo de depósitos à vista atingiu o valor de R\$ 652.716 mil, que corresponde a um incremento de 43,3% em relação aos R\$ 455.355 mil registrados em março de 2010. Os depósitos de poupança totalizaram R\$ 304.888 mil, com crescimento de 29,2% frente aos R\$ 236.073 mil de março de 2010. O saldo de depósitos a prazo atingiu valor de R\$ 865.748 mil, com aumento de 31,8% em relação ao apresentado no mesmo trimestre de 2010.

Comentário do Desempenho



Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 281.181 mil, evolução de 25,1% em doze meses.



Responsabilidade Social e Ambiental

Sintonizado com a crescente preocupação por questões ambientais, o BANPARÁ apoia projetos que contemplam a preservação do meio ambiente, promovendo e favorecendo projetos e ações de cunho socioambiental, a partir da mobilização dos seus empregados e da sociedade para a uma mudança de atitude em relação ao meio ambiente e à responsabilidade social.

As ações sociais e ambientais do BANPARÁ em 2011 envolvem patrocínios, projetos institucionais e campanhas em diversas áreas.

O Banco renovou o apoio financeiro a Casa do Menino Jesus III, que acolhe crianças que lutam contra o câncer. Por meio do NAVEGAPARÁ - Programa de Democratização do Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, o BANPARÁ, desde fevereiro de 2008, concede apoio financeiro aos Infocentros - espaços públicos e gratuitos equipados com microcomputadores, acessíveis à população.

Ações de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentáveis

O BANPARÁ administra programas de fomento do Governo do Estado do Pará e dos Governos Municipais, que objetivam, de forma geral, o desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará, incrementando a geração de postos de trabalho e de renda.

Até 2010 o BANCO DO PRODUTOR aplicou recursos na ordem de R\$ 13.238 mil em 13 municípios paraenses gerando mais de 180 postos de trabalho.

O FDE teve em 31 de dezembro de 2010 publicado os seus normativos para operacionalização e recuperação de créditos, permitindo que sejam empreendidas tais atividades em 2011.

O CREDPARÁ se encontra atualmente paralisado, no entanto, até dezembro de 2010 já aplicou mais de R\$ 51.619 mil em 54 municípios paraenses beneficiando 20.401 pessoas físicas e jurídicas, gerando ou mantendo 61.670 postos de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da população paraense, destacando-se como o principal programa de microcrédito do Estado do Pará.

Comentário do Desempenho

Foram concedidos em 2010, 04 Incentivos Financeiros a empresas, as quais obtiveram até março de 2011 R\$ 4.477 mil na forma de financiamento sendo reaplicados no estado.

O Componente A do Programa PARÁ RURAL teve contratadas no primeiro trimestre de 2011, cinco (05) projetos de investimento produtivo. Desde o início de funcionamento já foram aplicados mais de R\$ 5.552 mil em 27 municípios paraenses, beneficiando mais de 1.755 famílias de produtores rurais, devendo aplicar a partir do segundo trimestre mais R\$ 20.000 mil.

O BANPARÁ administra atualmente 10 Fundos Municipais de Desenvolvimento em parceria com as prefeituras municipais que desejam induzir o desenvolvimento econômico e social no seu município, sendo aplicados no trimestre, recursos na ordem de R\$ 70 mil por meio de 44 contratos firmados com pessoas físicas e jurídicas desses municípios, gerando ou mantendo 81 postos de trabalho.

Produtos, Serviços e Canais

O Banpará, como agente financeiro do Estado do Pará, tem focado suas ações da área comercial visando fortalecer a relação com os clientes sem perder de vista a estratégia do Governo do Estado para a sua instituição financeira oficial, traduzida na missão de “ser um Banco moderno, autosustentável, comprometido com a excelência no atendimento, com as políticas de fomento e desenvolvimento sócioeconômico do Pará, atuando com ética e responsabilidade social” e ainda, tendo como norte “ser referência como banco regional de varejo e de fomento”.

Destacam-se os produtos:

<u>Pessoa Física</u>	<u>Descrição</u>	<u>R\$ mil</u>
Empréstimo Consignado	Produto de crédito com desconto em folha de pagamento, disponibilizado à clientes e funcionários.	624.397
Banparacard	Limite de crédito rotativo disponibilizado percentual para empréstimo e compras.	206.232
Empréstimos Sazonais (BANPARA na Volta às aulas, Antecipação I.R, BANPARÁ Vai à Praia)	Produto Sazonal fixo de curto prazo, calculado percentual sobre o 13º salário.	16.468
Multicred	Limite de crédito rotativo utilizado como empréstimo e/ou compras.	17.092
CredComputador	Limite de crédito extra disponibilizado para aquisição de computadores e periféricos.	11.382
Cheque Especial	Cheque Marajoara é limite crédito especial rotativo.	436
<u>Pessoa Jurídica</u>		
BANPARÁ Giro Rápido	Modalidade de empréstimo, destinado aos fornecedores do Governo do Estado do Pará e Prefeituras com contrato de prestação de serviço ativo junto a administração pública estadual e	5.755

Comentário do Desempenho

municipal.

Banpará Comunidade	Linha de crédito que permite ao pequeno empreendedor formal, informal e de baixa renda ter acesso a financiamento. Produto disponibilizado em 92 municípios.	15.192
--------------------	--	--------

Serviço

Gestão de pagamento de Folha	Disponibiliza serviços automatizados para gerenciamento da movimentação do pagamento dos funcionários estaduais, municipais e privados.	139.040
Gestão de Arrecadação	Serviço automatizado disponibilizado aos clientes para viabilizar melhor controle e gerenciamento dos recursos arrecadados.	558.025
Rede de Compras	Possibilita aos clientes Pessoa Física aquisição de produtos e serviços, nas lojas credenciadas com o banco, atualmente mais de 1.400 pontos.	16.209
Gestão Abastecimento da Frota	Serviço disponibilizado aos clientes que possibilita o gerenciamento on line do abastecimento da frota de veículos.	7.192

Canais

▪ Rede de Compras - A rede reúne estabelecimentos conveniados com o banco para a venda de produtos e serviços aos correntistas portadores do Cartão BANPARÁ. É um serviço estratégico que visa à fidelização dos clientes por meio da segurança, agilidade e comodidade nas transações.

Encerramos o primeiro trimestre de 2011 com 1.389 estabelecimentos credenciados, que efetuaram 165,9 mil transações. Houve crescimento de transações de 25,96% em relação ao mesmo período de 2010.

Serviço de Autoatendimento - O BANPARÁ possui 476 ATMs distribuídos em agências, postos postos e pontos de atendimento eletrônico, que registraram crescimento de 8,48% em quantidade de transações em relação ao o primeiro trimestre de 2010. Além disto, possui convênios com o Banco 24 Horas e Rede Compartilhada para saques, saldos e extratos em ATMs terceirizados espalhados por todo o Brasil, que, comparando-se com o primeiro trimestre de 2010, assinalaram crescimento de 45,14% em quantidade de transações.

▪ Serviço de Internet - Em seu site institucional, o BANPARÁ disponibiliza acesso a serviços de internet banking para pessoas físicas, jurídicas e órgãos de governo. O site, ágil e moderno, proporciona aos clientes conhecer com detalhes os conteúdos dos serviços e produtos oferecidos. Os canais Internet banking pessoa física e pessoa jurídica cresceram em quantidade de transação 14,37% em relação ao primeiro trimestre de 2010.

▪ Serviço de URA - O Banco disponibiliza aos seus clientes o serviço de transações eletrônicas na Unidade de Resposta Audível (URA). No primeiro trimestre de 2011 foram realizadas 266 mil transações como consulta de saldos e extratos via fax, ocorrendo um decréscimo de 6,35% em relação a o primeiro trimestre de 2010, o que se justifica pela migração para os demais canais.

Comentário do Desempenho

▪ Serviço de Call Center e SAC - O BANPARÁ disponibiliza a seus clientes o serviço de atendimento e transações por telefone (0800 285-8080) e o serviço de atendimento ao cliente (0800 280-6605), que garantem maior facilidade e comodidade para a realização de transações e obtenção de informações por telefone. No primeiro trimestre de 2011 correspondeu a um crescimento de 12,31%, em relação ao mesmo período de 2010.

Rede de Atendimento BANPARÁ

O Banpará, comprometido com a excelência no atendimento de seus clientes e com o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará tem ampliado a sua rede de agências no Estado, estando hoje com 184 pontos de atendimento em 57 municípios paraenses.

Além de sua Rede própria o Banpará disponibiliza mais de 38.000 pontos de atendimento espalhados por todo Brasil em parceria com o Banco24horas e Rede Compartilhada. Desta maneira proporciona aos seus clientes a possibilidade de utilizar os serviços do Banco em todo o território nacional além de disponibilizar também a sua rede própria para os correntistas das outras instituições parceiras.

Rede de Atendimento

Capital	Agência	12
	Posto de Atendimento Bancário – PAB	16
	Caixa deslocado	07
	Posto de Atendimento Eletrônico – PAE	72
Interior	Agência	30
	Posto de Atendimento Bancário – PAB	20
	Posto de Atendimento Avançado – PAA	12
	Caixa deslocado	03
	Posto de Atendimento Eletrônico – PAE	12

Expectativas

O Plano de Negócios do Banpará apresenta uma expectativa de expansão coerente com a avaliação de mercado e com o atual cenário da carteira comercial além de atender as premissas estabelecidas no PROJETO BANBARÁ 50 ANOS

A carteira de Pessoa Física apresenta o volume financeiro de R\$890.149 mil, com destaque para o Empréstimo Consignado e o Banparacard, além dos produtos Sazonais que mantêm a performance de boa aceitação por parte dos clientes.

Com o retorno das operações de crédito com Pessoa Jurídica vislumbramos incremento na contribuição no resultado comercial durante o exercício de 2011, considerando que o potencial de crescimento do Banco neste segmento é extremamente significativo, principalmente em virtude da ampliação do público alvo para fornecedores da esfera estadual, municipal e federal.

Gestão e Tecnologia

Governança Corporativa

No BANPARÁ a governança corporativa é um processo de aperfeiçoamento contínuo em busca das melhores práticas de mercado visando melhorar e estreitar o relacionamento com seus controladores, acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria, Auditores Independentes e órgãos de controle.

Comentário do Desempenho

Entre essas práticas de governança corporativa, destaca-se a alteração de diretoria executiva para diretoria colegiada, assim como a manutenção de comitês que auxiliam a Administração do Banco à condução dos seus negócios.

O BANPARÁ mantém um componente de Ouvidoria que atua na mediação de conflitos e acolhimento de reclamações, denúncias, sugestões e elogios dos clientes, colaboradores e usuários.

Adicionalmente, o Banco, disponibiliza as informações públicas da companhia, informações financeiras, econômicas e estatutárias, por meio do seu site.

Tecnologia da Informação

Durante o primeiro trimestre de 2011, a área de tecnologia da informação continuou dando suporte às demais áreas do Banco na implementação e manutenção de novos sistemas.

No que tange às ações de governança de TI, a implantação do novo *Service Desk* do Banco foi iniciada, focando no aprimoramento do gerenciamento da infraestrutura da tecnologia da informação, de acordo com as melhores práticas sugeridas pelo ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*).

Entre os principais sistemas disponibilizados no período está o SISRISCO, que possibilita – baseado em parâmetros definidos pelo Banco – categorizar os clientes por nível de risco. O sistema é estratégico no sentido de possibilitar a análise de risco de operações com pessoa jurídica.

A área de TI pautada na premissa de excelência dos serviços e expansão da rede de atendimentos e usuários, possui projetos em fase de licitação e contratação, com o fito de que possam ser alcançadas as metas prospectadas para 2011.

Segurança da Informação

No primeiro trimestre de 2011, o serviço de controle de emails, feito pelo appliance IronPort, instalado no parque do BANPARÁ, bloqueou 3,73 milhões de mensagens indevidas (SPAM, sem destinatário e por reputação) das 4,23 milhões de mensagens trafegadas no servidor de emails do Banco. Este serviço impediu que os colaboradores do Banco dedicassem tempo com o tratamento destas mensagens, evitando assim, uma perda de produtividade de cerca de R\$1.610 mil no período analisado.

Foram analisados automaticamente 220.533.748 eventos de segurança de janeiro a março de 2011, representando tentativas de acessos indevidos ou utilização inadequada dos recursos computacionais à rede do BANPARÁ, os quais foram impedidos de obter sucesso devido ao grande investimento do Banco em sistemas de detecção de intrusão nas redes externa e interna e firewall na Internet, proporcionando maior segurança, confidencialidade e disponibilidade nos serviços prestados aos seus clientes.

Comentário do Desempenho

Gestão de Riscos

Considerando a importância dada à gestão de riscos, o Banpará busca manter o gerenciamento dos riscos de suas operações através de práticas referenciais do mercado e em consonância com as diretrizes estabelecidas no Acordo de Basiléia II. Visando tornar a análise dos Riscos Corporativos mais acurada foram adotadas as seguintes ações para o período:

Risco de Mercado:

Foram implementadas ferramentas com o objetivo de apresentar todo o detalhamento das posições e exposições que geram impacto no Valor em Risco de Mercado da Instituição, bem como de avaliar o valor exposto e o VaR diário de maneira a favorecer a análise individual do risco de cada carteira.

- **Reporte Raio X**, cujo objetivo é apresentar todo o detalhamento das posições e exposições impactantes ou não no cálculo do VaR, o que permite analisar detalhadamente, por fator de risco, os componentes da carteira Global do Banco, identificando: alavancagens, GAP's, duration e demais riscos gerados pelas exposições assumidas.
- **Reporte Sonar**, permite avaliar o Valor Exposto e o VaR Diário de todas as operações, favorecendo a análise individual do risco de cada carteira.

Risco de Crédito:

Com vistas a atender as diretrizes do Planejamento Estratégico e efetiva implementação dos preceitos da Resolução CMN nº 3.721/09, está em andamento o processo de validação dos dados necessários, em conjunto com as unidades envolvidas, para geração das informações utilizadas pela ferramenta de Gestão do Risco de Crédito. Tal ferramenta, além de representar a melhor relação custo benefício para a Instituição, proporcionará a utilização de técnicas de modelagem mais sofisticadas de apoio à atividade de Gestão do Risco de Crédito Institucional. Além disso, está avaliando as possibilidades de adoção de modelos internos de risco de crédito para cálculo de capital regulamentar, conforme Edital de Audiência Pública nº 37, de 18 de fevereiro de 2011. Dessa forma, o Banco mantém sua conformidade com a legislação instituída, bem como demonstra seu posicionamento pró-ativo na adoção de medidas preventivas para fazer frente às possíveis modificações futuras.

O Índice de Basiléia do Banco é de 31,05%, com base em março de 2011, superior em 8,56 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior quando registrava 22,49%. O aumento ocorreu principalmente em decorrência da alteração na metodologia para apuração de capital para cobertura de exposição ao Risco Operacional – POPR ocorrida em janeiro de 2011. O Índice de Basiléia do Banpará vem se mantendo muito acima do índice mínimo exigido pelo Órgão Regulador (11%), isso significa que, ao alavancar seus negócios, o Banco possui um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos sem comprometer totalmente sua margem operacional de exposição aos riscos

Risco de Liquidez:

Para o período, o Banpará garantiu manutenção expressiva da margem de liquidez, em função do volume de ativos de alta liquidez que compõem o cálculo da margem ser, em sua maioria, recursos aplicados em operações de baixo risco. Além disso, a Instituição manteve o efetivo acompanhamento das operações realizadas a fim de garantir os níveis de liquidez em patamares aceitáveis.

Risco Operacional:

Foi efetuado ainda neste trimestre, o Cálculo da Parcela de Alocação de Capital para o Risco Operacional pela Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS), passando a considerar nos cálculos além do IE (Indicador de Exposição ao Risco Operacional) também o IAE (Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional), o que proporcionou a redução no valor alocado para cobertura dos riscos operacionais de R\$ 36.815 mil, no segundo semestre de 2010, para R\$ 7.422 mil para o atual semestre, diminuindo a Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e conseqüentemente ampliando o Patrimônio de

Comentário do Desempenho

Referencia (PR), o que possibilita ao Banco ter uma folga considerável para alavancagem de suas operações.

Controles Internos e Compliance

O sistema de controles internos contempla o monitoramento das atividades em todos os níveis do BANPARÁ como forma de garantir a conformidade.

Estrutura de Controles Internos – O BANPARÁ deu seguimento à aplicação da metodologia de Autoavaliação de Controles e Riscos em suas unidades, sendo avaliadas, neste trimestre, 47 unidades, o que permitiu a identificação dos maiores riscos operacionais a que as áreas avaliadas estão expostas e a geração de 25 Planos de Ação para mitigá-los, os quais serão acompanhados até a sua finalização.

Foram elaborados ainda 17 planos de ação, cujas demandas são provenientes, dentre outros, de Súmulas e Apontamentos de Auditoria, Reuniões de Comitês e Demandas Ouvidoria.

No módulo de Compliance, além da atualização permanente, foi disponibilizado aos funcionários do Banco os instrumentos de gestão, onde poderão ser encontrados todos os tipos de Normativos Internos, de Comunicação Interna e Comunicação Externa, em conformidade com o disposto no Manual de Comunicação da Instituição.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD)

O BANPARÁ prossegue adotando procedimentos internos de controle em conformidade com a legislação vigente, com o objetivo de manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem perante a sociedade em geral.

Gestão de Pessoas

Com foco no compromisso institucional de excelência no atendimento, o BANPARÁ investe na capacitação e desenvolvimento de seus empregados, para garantir o crescimento e aperfeiçoamento profissional, a excelência nos serviços prestados e acompanhamento das tendências do setor bancário.

Apenas no primeiro trimestre, o Banco investiu R\$205 mil, oportunizando 208 vagas em cursos, treinamentos e workshops voltados para produtos e serviços bancários, tecnologia, segurança bancária e da informação.

A recente revisão do Programa de Desenvolvimento Educacional do BANPARÁ – PDEB objetiva beneficiar um número maior de funcionários, priorizando os recursos destinados ao Programa em 60% para cursos de graduação e 40% para pós-graduação.

Ao encerrar o primeiro trimestre, o Banco contava com 1.259 empregados, 110 estagiários e 27 aprendizes.

Investimento em Segurança Bancária

Dada a importância de manter a integridade física e psicológica das pessoas – empregados, terceirizados e público, o BANPARÁ mantém investimentos em Segurança Bancária, primando pelo aumento do efetivo de vigilância armada, alarmes, fechaduras randômicas e Circuito Fechado de TV – CFTV.

Para segurança patrimonial, foram adquiridos novos cofres, objetivando a modernização e constante melhoria dos requisitos de segurança institucional.

Circular nº 3.068/01 – BACEN

Comentário do Desempenho

O BANPARÁ declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 183.383 mil, representando 43,8% do total de títulos e valores mobiliários.

Auditoria Independente

Em cumprimento ao contido no art. 2º da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes) abrangem, exclusivamente, a Auditoria Externa.

Agradecimentos

Agradecemos ao Governo do Estado, por compartilhar dos nossos objetivos; aos empregados e colaboradores pelo profissionalismo e assimilação da cultura de desafios corporativos, a par da ética, bem assim aos clientes e acionistas, pelos quais nos empenhamos em manter um Banco sólido e rentável.

A Diretoria Colegiada



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO 1º TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011 (valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ é uma sociedade anônima aberta de economia mista, tendo como acionista majoritário o Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo, com as carteiras: comercial, crédito imobiliário, de desenvolvimento e câmbio.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo prazo de vencimento das operações, na data de aquisição, seja igual ou inferior a 90 dias.

3.3. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.4. Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BCB nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis em carteira em:

- Títulos para negociação** – adquiridos com o propósito de serem ativados e freqüentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda** – que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários; e
- Títulos mantidos até o vencimento** – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. O registro dos “Títulos Mantidos até o Vencimento” em Circulante e Não Circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimentos.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Notas Explicativas

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os rendimentos dos títulos, calculados "pro rata die" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, são apropriados ao resultado do período, independentemente da categoria em que são classificados.

3.5. Instrumentos Financeiros e Derivativos

Os instrumentos financeiros e derivativos são registrados, na data da aquisição, de acordo com a intenção da Administração, levando-se em conta a finalidade de projeção contra riscos (*hedge*) ou não, conforme Circular BCB nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002.

As operações com instrumentos financeiros efetuados em negociação associada à operação de captação de recursos, com o mesmo prazo de vencimento e com a mesma contraparte da operação associada, não são ajustadas a mercado, conforme Circular BCB nº 3.150, de 11 de setembro de 2002. A Instituição não operou com derivativos no trimestre.

3.6. Relações Interfinanceiras

Os créditos junto ao FCVS, decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, são registrados pelo valor nominal atualizado pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa total ou parcial dos créditos por parte do FCVS. Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

3.7. Operações de Crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas com taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia em rendas a apropriar e as operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos, observado que, se vencidas há mais de 59 dias, as rendas somente são reconhecidas se efetivamente recebidas.

3.8. Outros Valores e Bens

Composto basicamente por Bens Não de Uso Próprio, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. É mantida provisão para desvalorização de 50% do valor de registro. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. Segundo as normas bancárias brasileiras, devemos dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

3.9. Ativo Permanente

Os Investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes.

No Imobilizado é registrado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

• Imóveis de uso – Edificações	4%
• Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20%
• Demais itens	10%

A Administração da Instituição entende ser essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

Notas Explicativas

O Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de acordo com a Resolução nº 3.642, de 26 de novembro de 2008, do CMN.

O Diferido está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%. A Resolução CMN nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, determina que os saldos existentes no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da referida Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

3.10. Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

3.11. Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep, Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
ISS	até 5%

3.12. Passivos circulante e não circulante

Depósitos e captações no mercado aberto - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Demais passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias vencidas e proporcionais e os abonos e folgas estão integralmente provisionados por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

3.13. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento, de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na deliberação CVM nº 594/09, e Resolução CMN nº 3.823/09.

- Os ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Os passivos contingentes – decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

3.14. Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, outras provisões, cálculo de provisões técnicas de plano de assistência médica e planos de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

Notas Explicativas

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	31.03.11	31.12.10
Posição Bancada:		
Letras Financeiras do Tesouro	251.973	300.006
Letras do Tesouro Nacional	252.287	-
Nota do Tesouro Nacional	228.021	-
Depósitos Interfinanceiros		
Não Ligadas	86.135	74.060
Total	618.416	374.066

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por tipo de papel:

Títulos	31.03.11	31.12.10
Livres		
Letras Financeiras do Tesouro	230.501	223.447
CVS	183.383	185.824
Vinculados a Operações Compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro	3.008	4.051
Vinculados à Prestação de Garantia		
Letras Financeiras do Tesouro	1.846	1.798
Total	418.738	415.120

b) Classificação por categoria e vencimento:

Tipo	31.03.11			31.12.10		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos para Negociação						
LFT	235.459	235.355	15.06.2011 à 07.09.2015	229.389	229.296	15.06.2011 à 07.09.2015
Títulos Mantidos até Vencimento						
CVS	183.383	183.383	01.01.2027	185.824	185.824	01.01.2027
Total	418.842	418.738		415.213	415.120	

CVS são títulos recebidos do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. O FCVS, criado por intermédio da Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação (utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos) e os reajustes salariais.

6. CRÉDITOS VINCULADOS

Composição:

Itens	31.03.11	31.12.10
Bacen - Recursos Recebidos do Crédito Rural	5.122	4.818
Reservas Compulsórias em Espécie – BACEN	55.036	89.183
Recolhimentos s/ Depósitos de Poupança – BACEN	60.095	56.795
SFH – Créditos junto ao FCVS	54.352	54.234
Outros	1.578	2.611
Total	176.183	207.641

Notas Explicativas

Os depósitos no Bacen são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais, e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista.

Os créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, já homologados pela Caixa Econômica Federal e em processo de emissão dos títulos CVS (nota 5) pela STN.

Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR).

Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela Caixa Econômica Federal.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS

7.1 Composição da Carteira com Característica de Concessão de Crédito:

a) Por tipo de Operação

	31.03.11	31.12.10
Operações de Crédito	921.765	863.692
Adiantamentos a Depositantes	747	310
Empréstimos	909.529	851.744
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	8.229	8.244
Financiamentos Imobiliários	3.260	3.394
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	-
Outros Créditos	-	-
Devedores por Compras de Valores e Bens	-	-
Total	921.765	863.692

b) Por Faixas de Vencimento e Nível de Risco:

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.11	31.12.10
Parcelas Vincendas (A Vencer)	-	793.311	4.909	23.029	69.149	2.041	1.167	1.858	16.339	911.803	855.273
Até 30 dias	-	55.261	394	1.396	3.867	235	90	102	560	61.905	58.184
31 a 60 dias	-	50.479	341	1.288	3.670	227	78	88	480	56.651	57.638
61 a 90 dias	-	21.326	208	493	1.606	54	53	68	317	24.125	51.413
91 a 180 dias	-	126.636	692	2.949	9.359	214	181	220	3.278	143.529	107.550
181 a 360 dias	-	197.149	914	5.015	15.966	291	208	343	1.867	221.754	199.492
Acima de 360 dias	-	340.456	2.356	11.557	34.197	809	501	988	9.027	399.890	376.510
Parcelas Vencidas até 14 dias	-	2.004	4	332	482	211	55	50	811	3.949	4.485
Parcelas Vencidas	-	1	186	501	816	672	411	1.033	6.343	9.962	8.419
15 a 30 dias	-	1	184	92	46	22	17	23	108	493	978
31 a 60 dias	-	-	1	409	349	271	110	98	618	1.857	1.663
61 a 90 dias	-	-	-	-	403	231	64	53	607	1.359	1.220
91 a 180 dias	-	-	-	-	12	144	219	859	2.435	3.670	2.417
181 a 360 dias	-	-	1	-	5	3	-	-	2.558	2.566	2.111
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	17	17	30
Total em 31.03.11	-	793.312	5.095	23.530	69.965	2.713	1.578	2.891	22.682	921.765	
Total em 31.12.10	-	755.308	5.413	21.839	54.228	2.875	1.591	2.194	20.244		863.692

c) Por Setores de Atividade

Setor Privado	31.03.11	%	31.12.10	%
Pessoas Físicas	903.851	98	829.562	96,05
Pessoas Jurídicas	6.424	1	22.493	2,60
Rural	8.229	1	8.243	0,95
Habitação	3.260	-	3.394	0,39
Total	921.765	100	863.692	100

Notas Explicativas

7.2 Provisões para Perdas em Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e, com base nessa classificação, constituiu-se provisão para créditos em liquidação a taxas que variam entre 0,5% e 100% em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Itens	31.03.11	31.12.10
Saldo no início do Trimestre	(33.347)	(32.810)
Provisões Constituídas	(13.165)	(8.643)
Reversões de Provisões	5.740	4.758
Valores Baixados ou Compensados c/ Créditos	2.744	3.348
Provisão para Perdas nas Operações de Crédito	(38.028)	(33.347)
Provisão para Outros Créditos	(1.857)	(839)
Saldo no final do Trimestre	(39.885)	(34.186)

O montante dos créditos recuperados, no 1º trimestre de 2011, que haviam sido anteriormente baixados contra provisão, foi de R\$1.094 mil (R\$ 797 no 1º trimestre de 2010).

7.3 Rendas de Operações de Crédito

	31.03.11	31.03.10
Adiantamento a depositante	117	49
Empréstimo	93.361	69.528
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.094	797
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	137	673
Financiamentos rurais	144	149
Financiamentos Infraestruturais	-	5
Total	94.853	71.201

8. OUTROS CRÉDITOS SEM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

	31.03.11	31.12.10
Carteira de Câmbio	155	158
Rendas a Receber	1.387	1.003
Dividendos e Bonificações	21	21
Serviços Prestados a receber	1.273	882
Outras Rendas A Receber	93	100
Diversos	62.610	69.635
Adiantamento e Antecipações salariais	2.785	1.321
Adiantamento para Pagamento	5.853	4.021
Crédito tributário - IR/CSLL	18.401	22.772
Devedores p/ Compra de Valores	-	-
Devedores por Depósitos em Garantia	26.025	24.980
Imposto e Contribuições a Compensar	1.284	1.284
Pagamentos a Ressarcir	764	571
Devedores Diversos – País	7.498	14.686
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.857)	(839)
Sem Características de Concessão de Créditos	(1.857)	(839)
Total	62.295	69.957

Notas Explicativas

9. OUTRAS IMOBILIZAÇÕES

Itens	31.03.11	31.12.10
Sistema de Processamento de Dados	35.596	35.319
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	6.459	6.377
Sistema de Comunicação	742	484
Sistema de Segurança e Transportes	2.988	2.283
Móveis e Equipamentos em Estoque	368	637
Imobilizações em Curso	5.453	4.727
Total	51.606	49.827

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

10. CAPTAÇÕES

a) Depósitos:

	31. 03.11	31.12.10
Depósitos à Vista	652.716	709.684
Depósitos do Público	328.589	426.942
Depósitos de Instituições Financeiras	391	300
Depósitos Vinculados	10.541	2.942
Depósitos de Governo	313.195	279.500
Depósitos a Prazo	865.748	582.971
Depósitos de Poupança	304.888	297.359
Depósitos Interfinanceiros	65.400	45.511
Total	1.888.752	1.635.525

Os Depósitos de Poupança são atualizados pela variação da Taxa Referencial e acrescidos de juros de 6% ao ano; os Depósitos a Prazo são remunerados à taxa (em função do CDI) com vencimentos, entre 30 e 180 dias.

b) Composição dos depósitos por vencimentos:

Vencimento	À vista	À prazo	Interfinanceiros	Poupança	31. 03.11	31.12.10
Sem vencimento	652.716	-	-	304.888	957.604	1.007.043
até 30 dias	-	45.389	-	-	45.389	124.232
de 31 a 60 dias	-	55.718	572	-	56.290	79.307
de 61 a 90 dias	-	25.225	-	-	25.225	33.502
de 91 a 180 dias	-	79.898	64.828	-	144.726	121.503
de 181 a 360 dias	-	581.412	-	-	581.412	248.844
acima de 360 dias	-	78.106	-	-	78.106	21.094
Total	652.716	865.748	65.400	304.888	1.888.752	1.635.525

c) Composição por segmento de mercado:

Composição	À vista	À prazo	Interfinanceiros	Poupança	31. 03. 11	31.12.10
Sociedades ligadas	301.306	719.701	-	-	1.021.007	696.014
Pessoas físicas	232.915	44.369	-	293.544	570.828	575.364
Instituições financeiras	391	-	65.400	-	65.791	45.811
Pessoas jurídicas	95.453	57.068	-	11.344	163.865	235.225
Governo Municipal	17.946	44.610	-	-	62.556	79.957
Outros	4.705	-	-	-	4.705	3.154
Total	652.716	865.748	65.400	304.888	1.888.752	1.635.525

Notas Explicativas

d) Despesas de Captação:

	31. 03.11	31. 03.10
Depósitos de Poupança	4.914	3.416
Depósitos Interfinanceiros	1.419	391
Depósitos a Prazo	21.784	13.463
Depósitos Judiciais	328	2
Operações Compromissadas - Carteira Própria e de Terceiros	346	312
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	696	549
Total	29.487	18.133

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Itens	31. 03.11	31.12.10
Cheque Administrativo	530	1.346
Contrato de Assunção de Obrigações	5.183	6.673
Obrigações p/ Contribuições ao SFH	10	8
Obrigações por Convênios	9.724	9.236
Obrigações por Prestação de Serviços	8.911	9.106
Provisão para Pagamentos a Efetuar ^(a)	52.136	50.587
Credores Diversos – País	1.784	1.460
Passivo Contingente – Trabalhista ^(b)	3.548	3.478
Passivo Contingente – Cíveis ^(b)	9.009	9.120
Passivo Contingente – Cessão de Crédito Rural com Coobrigação ^(b)	1.154	1.147
Total	91.989	92.161

a) As principais provisões constituídas no 1º trimestre de 2011 que compõem o saldo da rubrica Provisões para Pagamentos a Efetuar, são:

Itens	31.03.11	31.12.10
Provisão com Pessoal	10.651	8.991
Suplementação e contribuição PAVI/PROIAP/PDVI	9	9
Provisão com Participação nos Lucros e Resultados – PLR	2.598	3.372
Obrigações Atuarial (Nota 15)	29.712	30.394
Provisão p/ Outras Despesas Administrativas	8.693	7.419
Outros	473	402
Total	52.136	50.587

b) Passivos contingentes

O Banco é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, adotando-se 3 critérios: Critério 1 Chance considerada como remota de perda, onde não são provisionados valores relacionados à ação; Critério 2 Chance possível de perda, onde são provisionados 50% dos valores relacionados; Critério 3 Chance provável de perda, no que se provisiona 100% dos valores relacionados.

A administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

Notas Explicativas

Probabilidade de Perda	Trabalhista (b.1)	Cível (b.2)	Fiscais e previdenciários (b.3)	31.03.11	31.12.10
Provável	3.229	3.954	1.982	9.180	8.579
Possível	319	5.055	819	6.193	6.727
Total	3.548	9.009	2.801	15.373	15.306

b.1) Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

b.2) Processos Cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

b.3) Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O BANPARÁ vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazo, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 31 de março de 2011, são:

- **CPMF - R\$1.941 mil** - Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de Declarações relacionadas à CPMF. No mérito é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **INSS - R\$390 mil** - Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar visando afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre o Abono Único concedido pela Convenção Coletiva de Trabalho 2003/2004. A tese do banco tem como fundamento a natureza não salarial do abono concedido, o que afasta a incidência de contribuição previdenciária. A tese tem amparo na pacífica posição jurisprudencial sobre o assunto.

- **ITR - R\$43 mil** - Trata-se de Execução Fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de Execução Fiscal já em curso. Os accertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do accertamento definitivo da CDA (Certidão de Dívida Ativa). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

- **IPTU - R\$427 mil** - Trata-se de um procedimento administrativo junto à Secretaria de Finanças de Belém - PA visando regularizar, de forma definitiva, os supostos débitos de IPTU relativos a imóveis do patrimônio do banco. A apuração encontra-se em análise pelo órgão fazendário tendo em conta que o banco já apurou o débito total cujo valor encontra-se devidamente resguardado pelo depósito administrativo efetivado para garantir a quitação dos débitos fiscais efetivamente devidos pelo banco.

b.4) Cessão de Crédito Rural com Coobrigação

Trata-se de provisão constituída para fazer face a possíveis perdas nas operações de Crédito Rural Securitizados (cedidas) pelo Banco à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, objeto do contrato de equalização de encargos financeiros e de Alongamento de dívidas originárias do Crédito Rural.

Notas Explicativas

c) Movimentação das provisões

	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do Trimestre	3.478	9.120	2.708
Atualização monetária	53	220	93
Constituições/(reversões)	17	105	-
Pagamentos	-	(436)	-
No final do Trimestre	3.548	9.009	2.801

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do BANPARÁ.

Acionista	Total	% Total
• Estado do Pará	9.519.433	99,9767
• Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do BANPARÁ	768	0,0081
• Administradores	38	0,0004
• Outros	1.410	0,0148
Total	9.521.649	100

Ações em Circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANPARÁ, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações Não em Circulação ¹	Ações em Circulação ²	Total de Ações	% Ações em Circulação
ON	9.519.471	2.178	9.521.649	0,0229

¹ Compreendem ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

² Total de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

12.2 Exigibilidades de Capital e Limites de Imobilização

Apresentamos abaixo os principais indicadores em 31 de março de 2011, conforme regulamentação em vigor:

Indicadores	31. 03.11	31.12.10
Patrimônio de Referência – PR	280.952	263.911
Patrimônio de Referência Exigido – PRE	99.528	125.652
Índice de Basiléia	31,2%	23,1%
Índice de Imobilização	14,3%	15,2%
Margem de Imobilização	100.276	91.779

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os honorários dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do BANPARÁ totalizaram R\$298 mil no 1º trimestre de 2011 (R\$208 mil no 1º trimestre 2010).

14. GESTÃO DE RISCO

Considerando a importância dada à gestão de riscos, o Banpará busca manter o gerenciamento dos riscos de suas operações de modo integrado, proporcionando unicidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controle de riscos através de práticas referenciais do mercado e em consonância com as diretrizes estabelecidas no Acordo de Basiléia II. Com vistas à tornar a análises dos Riscos Corporativos mais acurado foram adotadas as seguintes ações para o período:

Notas Explicativas

Risco de Mercado:

Foram implementadas ferramentas com o objetivo de apresentar todo o detalhamento das posições e exposições que geram impacto no Valor em Risco de Mercado da Instituição, bem como de avaliar o valor exposto e o VaR diário de maneira a favorecer a análise individual do risco de cada carteira, tais como: Reporte Raio X que apresenta todo o detalhamento das posições e exposições impactantes ou não no cálculo do VaR, analisando detalhadamente, por fator de risco, os componentes da carteira Global do Banco, considerando alavancagens, GAP's, duration e demais riscos gerados pelas exposições assumidas; e Reporte Sonar, que permite avaliar o Valor Exposto e o VaR Diário de todas as operações, favorecendo a análise individual do risco de cada carteira.

Análise de Sensibilidade:

Como forma de administrar os possíveis impactos em seu resultado, o Banco acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira global, com estimativas do percentual da variação do valor de mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência, com utilização de choque nas taxas de juros aplicado individualmente por fator de risco que possam causar impactos na carteira do Banco. Além disso, simula, através da utilização de cenários predeterminados, possíveis impactos no Patrimônio de Referência da Instituição. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados na carteira de negociação (*Trading*) e os ativos não classificados na carteira de negociação (*Banking*), para base do 1º Trimestre de 2011:

Carteira	Fator de Risco	Cenários (Mil)		
		1	2	3
Trading	Pré	(38)	(253)	(446)
Banking	Pré	(8.864)	(56.667)	(97.164)
	TR	(1.868)	(23.816)	(43.922)

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

CENÁRIO 1 – situação provável tendo por base as variáveis de mercado como curvas Pré e TR impactadas, respectivamente, por choques paralelos, com base na variação das curvas de mercado para a respectiva data base com o período de 1 ano.

CENÁRIO 2 – situação de deterioração de 25% nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas Pré e TR para data base.

CENÁRIO 3 - situação de deterioração de 50% nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas pré e TR para data base.

Risco de Crédito:

Com vistas a atender as diretrizes do Planejamento Estratégico e efetiva implementação dos preceitos da Resolução CMN nº 3.721/09, está desenvolvendo trabalho de validação dos dados necessários, em conjunto com as unidades envolvidas, para geração das informações utilizadas pela ferramenta de Gestão do Risco de Crédito, que além de representar a melhor relação custo benefício para a Instituição, proporcionará a utilização de técnicas de modelagem mais sofisticadas de apoio à atividade de Gestão do Risco de Crédito Institucional. A instituição, no decorrer do período, tem avaliado as possibilidades de adoção de modelos internos de risco de crédito para cálculo de capital regulamentar, conforme Edital de Audiência Pública nº 37, de 18 de fevereiro de 2011. Dessa forma, o Banco mantém sua conformidade com a legislação instituída, bem como demonstra seu posicionamento pró-ativo na adoção de medidas preventivas para fazer frente às possíveis modificações futuras. Para o período em questão, o Banco apresentou Índice de Basileia de 31,05%, superior em 8,56 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior quando registrava 22,49%, se mantendo acima do índice mínimo exigido pelo Órgão Regulador (11%). O aumento ocorreu principalmente em decorrência da alteração na metodologia para apuração de capital para cobertura de exposição ao Risco Operacional – POPR ocorrida em janeiro de 2011.

Notas Explicativas

Risco de Liquidez:

Para o período o Banpará garantiu manutenção expressiva da margem liquidez, em função do volume de ativos de alta liquidez que compõem o cálculo da margem ser em sua maioria recursos aplicados em operações de baixo risco. Além disso, a Instituição manteve o efetivo acompanhamento das operações realizadas a fim de garantir os níveis de liquidez em patamares aceitáveis.

Risco Operacional:

Foi efetuado ainda neste trimestre, o Cálculo da Parcela de Alocação de Capital para o Risco Operacional pela Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS), passando a considerar nos cálculos além do IE (Indicador de Exposição ao Risco Operacional) também o IAE (Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional), o que proporcionou a redução no valor alocado para cobertura dos riscos operacionais de R\$ 36.814.810,64, no segundo semestre de 2010, para R\$ 7.422.445,94 para o atual semestre, diminuindo a Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e conseqüentemente ampliando o Patrimônio de Referência (PR), o que possibilita ao Banco ter uma folga considerável para alavancagem de suas operações.

Mais detalhes sobre o processo de controle de risco podem ser consultados no site www.banparanet.com.br na rota: O BANPARÁ/Relação com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos.

15. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PLANO DE SAÚDE

15.1 Plano de Suplementação de Aposentadoria

O BANPARÁ patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada pela CAFBEP - Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do BANPARÁ, entidade fechada de previdência privada.

Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefícios denominado Prev-Renda, estruturado na modalidade de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios: (a) renda temporária – considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e (b) benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que 96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Prev-Renda.

São os seguintes os benefícios de complementação de aposentadoria:

a) Plano Básico de Benefício Definido - BD

Plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Tem em vista assegurar aos seus participantes a suplementação de aposentadoria e pensão, pecúlio por morte e auxílio reclusão. Trata-se de plano com 19 participantes assistidos e 2 pensionistas. A partir da implantação do plano de benefícios denominado PREV-RENTA, em 20 de dezembro de 2002, este Plano Básico de Benefícios passou a ser considerado Plano em extinção, não recebendo novas inscrições.

O plano de benefício definido é regido pelo Regulamento do Plano Básico, onde estão todas as normas internas para o cálculo, concessão e manutenção dos benefícios, composto pelos seguintes benefícios:

- 1) Suplementação de aposentadoria por invalidez
- 2) Suplementação de aposentadoria por idade;
- 3) Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição
- 4) Suplementação da pensão por morte
- 5) Suplementação do auxílio-reclusão
- 6) Suplementação do abono anual

O plano de benefícios conta apenas com assistidos, uma vez que todos os participantes ativos migraram para o plano de contribuição definida. As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo.

Notas Explicativas

Participantes assistidos	2010
Quantidade	19
Idade média (anos)	65,24
Benefício médio (R\$)	3.119,83
Pensionistas	
Quantidade	2
Idade média (anos)	66,09
Benefício médio (R\$)	1.434,58

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas Biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: AT-83 male
- Tábua de entrada em invalidez: não usada, por inexistirem ativos
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57
- Tábua de serviço - não empregada por inexistirem ativos

ii) Premissas Econômicas:

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,00% ao ano;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 12,44% no ano, composta pelo INPC de dezembro/2009 a novembro/2010 (6,08%) + 6,00% ao ano;
- Taxa nominal do custo dos juros: 12,44% no ano, composta pelo INPC de dezembro/2009 a novembro/2010 (6,08%) + 6,00% ao ano;
- Taxa de Rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: não aplicável
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%
- Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%
- Fator de Capacidade para salários: 100,00%
- Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5,00%

b) Plano PREVRENDA de Contribuição Definida - CD

Plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. Compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do BANPARÁ e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

O plano de contribuição definido é regido pelo Regulamento do Plano PREV-RENDA, onde estão todas as normas internas para o cálculo, concessão e manutenção dos benefícios, composto pelos seguintes benefícios:

Os benefício que integram o PREV-RENDA são os seguintes:

- 1) Renda Temporária
- 2) Benefícios por Morte e por Invalidez do Participante Ativo ou Autopatrocinado
- 3) Benefícios por Morte do Participante em gozo de benefício
- 4) Pecúlio por morte ou por Invalidez

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

Notas Explicativas

i) Premissas Biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: AT-83 male
- Tábua de entrada em invalidez: TASA-1927
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB 57
- Tábua de serviço – gerada pela combinação das probabilidades das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

ii) Premissas Econômicas:

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,00%;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 12,44%, composta pelo INPC de dezembro/2009 a novembro/2010 (6,08%) + 6,00% ao ano;
- Taxa nominal do custo dos juros: 12,44%, composta pelo INPC de dezembro/2009 a novembro/ 2010 (6,08%) + 6,00% ao ano;
- Taxa de Rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: 2% a.a.
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%
- Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%
- Fator de Capacidade para salários: 100,00%
- Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5,00%

Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o contido na Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009.

(a) Plano de Benefício Definido – BD

As obrigações atuariais em relação a este plano de Benefício Definido encontram-se parcialmente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 7.101 mil e ativo líquido de R\$ 5.371 mil, tendo como resultado déficit atuarial de R\$ 1.730 mil, o qual foi reconhecido integralmente como provisão de benefícios pós-emprego pelo BANPARÁ em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09.

Os valores devidos pelo Banco, por conta desse passivo, vêm sendo pagos por meio de contribuições mensais correspondentes a R\$101 mil (cota patronal). No primeiro trimestre de 2011 o BANPARÁ efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$303 mil.

(b) Plano de Contribuição Definida - CD

Os benefícios são estruturados em quotas, sendo reajustados pela variação da quota patrimonial, o que impede a ocorrência de insuficiências financeiras, além de serem concedidos como rendas temporárias, eliminando o risco de sobrevivência. Desta maneira, o risco atuarial inerente ao plano PREVRENDA está concentrado apenas no benefício a conceder, para o qual está previsto, nos casos de invalidez e morte, aporte de contribuições que complementará o saldo da conta do participante objetivando a concessão desses dois benefícios de risco.

O valor calculado conforme a norma descrita no parágrafo precedente foi avaliado em R\$ 411 mil, estando coberto integralmente pelo fundo de risco destinado à cobertura dos benefícios de risco (invalidez e morte), dado que o saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 717 mil, não havendo, por conseguinte, necessidade de provisionamento de passivo desta natureza pelo BANPARÁ na data da avaliação.

As provisões matemáticas dos benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida — cujos valores correspondem a R\$ 18.588 mil, para Benefícios Concedidos, e a R\$ 30.943 mil, para Benefícios a Conceder — somam R\$49.531 mil, estando integralmente lastreadas pelo patrimônio do plano, de R\$ 49.808 mil, em 31 de dezembro de 2010.

Estímulo à migração

O Banco obrigou-se a conceder, a título de estímulo à migração de participantes do plano BD para o plano CD, o percentual de 16, 537901 % sobre a folha de salários dos Participantes Ativos, em 180 meses, tendo pago até 31 de março de 2011, 100 parcelas restando, ainda, 80 parcelas de R\$ 507 mil, a liquidar. Esses valores foram reconhecidos de forma diferida, à taxa de 12,47% a.a. (6% + INPC acumulado no ano de 2011), estando totalmente provisionado, cujo Passivo reconhecido em 31 de março de 2011 é de R\$27.973 mil (R\$26.726 mil, em 31 de março de 2010). No primeiro trimestre de 2011, o BANPARÁ efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$1.521 mil.

Notas Explicativas

15.2 Plano de Assistência à Saúde - PAS

O BANPARÁ patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, Plano de Assistência à Saúde - PAS para os empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios oferecidos pelo sistema oficial de saúde, cuja administração é efetuada pela CAFBEP - Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará S.A., entidade fechada de previdência privada. No primeiro trimestre de 2011, o BANPARÁ efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$31 mil.

Não há provisão constituída para este plano por não haver déficit bem como pagamento de benefício pós emprego.

16. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS E PROGRAMAS

O BANPARÁ, como agente financeiro do Estado do Pará, opera e administra os Fundos e Programas de Desenvolvimento abaixo descritos, cujo montante aplicado até 31 de março de 2011 é R\$ 165.154 mil (R\$ 161.201 mil em 31 de dezembro de 2010), a saber:

Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará (FDE) Tem por objetivo financiar programas e projetos considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Pará, de forma a reduzir desigualdades regionais e sociais bem como garantir a competitividade dos empreendimentos econômicos instalados no Estado.

I – Financiamento ao setor público para execução de projetos de infra-estrutura econômica e social;

II - Financiamento ao setor privado de natureza reversível, destinado a estimular o associativismo, especialmente o cooperativismo integrado por pequenos agentes econômicos, bem como as microempresas, as empresas de pequeno porte, mini e pequenos produtores rurais;

III – Financiamento à empreendimentos de micro e pequeno porte de pessoas físicas e jurídicas.

O fundo é constituído com recursos do Governo do Estado do Pará, cujo saldo aplicado até 31 de março de 2011 é de R\$ 135.097 mil (R\$ 135.097 mil em 31 de dezembro de 2010).

Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará - BANCO DO PRODUTOR – Tem por objetivo principal, financiar empreendimentos econômicos de interesse estratégico para o desenvolvimento, diversificação e transformação da base produtiva do Estado do Pará, promovendo geração de emprego e renda, exclusivamente, em projetos localizados no Estado do Pará.

Esse fundo é formado por recursos do Governo do Estado do Pará e da Companhia Vale do Rio Doce, cujo saldo aplicado com base em 31 de março de 2011 é de R\$ 15.473 mil (R\$ 13.910 mil em 31 de dezembro de 2010).

Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará – PARÁ RURAL – criado pela Lei nº 6.797, de 16 de novembro de 2005, co-financiada pelo Governo do Estado do Pará (GEP) e Banco Mundial (BIRD), iniciou em abril de 2010, tendo como área de abrangência geográfica o ambiente rural do Estado e cujo saldo aplicado em 31 de março de 2011 é R\$ 12.742 mil (R\$ 10.422 mil em 31 de dezembro de 2010).

Esse programa atuará em duas frentes convergentes de ação: a primeira relacionada ao aumento da renda e melhoria das condições de vida de comunidades rurais pobres, mediante o financiamento de processos locais de desenvolvimento, implementação de projetos produtivos e provisão de infra-estrutura complementar à produção. A segunda direcionada ao fortalecimento e aprimoramento do processo de gestão fundiária e ambiental do Estado, mediante investimentos na melhoria da estrutura institucional responsável pelo ordenamento territorial.

Fundos Municipais de Desenvolvimento (FMD) – formado com recursos dos Governos Municipais conveniados com o BANPARÁ que oferece infra-estrutura operacional para o programa, cujo objetivo é potencializar e incentivar a geração de postos de trabalho e de renda para as pessoas físicas e jurídicas do próprio município, com saldo aplicado em 31 de março de 2011 de R\$ 1.842 mil (R\$ 1.772 mil em 31 de dezembro de 2010).

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As captações no mercado aberto, depósitos a prazo, e demais transações entre partes relacionadas, são efetuadas em condições e taxas normais de mercado, tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros. Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

Transação:	31.03.11	31.12.10
Depósitos		
Estado do Pará	1.015.467	696.014
Caixa de Previdência e Assistência dos Funcionários do BANPARÁ	135	158
Obrigações Sociais e por Convênio	29.712	30.394
Caixa de Previdência e Assistência dos Funcionários do BANPARÁ	29.712	30.394

Notas Explicativas

18. SEGUROS

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 31 de março de 2011, é de R\$125.553 mil (R\$123.821 mil em 31 de dezembro de 2010), determinada em função de avaliação dos valores e riscos envolvidos.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes, no sentido de reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições. A Instituição não operou com derivativos no trimestre.

20. ACORDO DE COMPENSAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

O BANPARÁ mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Em 31 de março de 2011, a posição da obrigação do BANPARÁ que envolve referido acordo é a seguinte:

Modalidade da Operação	Data do Contrato	Vencimento da obrigação	Valor do DIR	Juros Capitalizados	Valor Total
CDI-PÓS	22.11.2010	23.05.2011	550	22	572
CDI-PÓS	22.11.2010	22.08.2011	5.000	196	5.196
CDI-PÓS	21.02.2011	19.09.2011	4.000	46	4.046
CDI-PÓS	23.02.2011	21.09.2011	55.000	586	55.586

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

a) Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

DESCRIÇÃO	31.03.2011		31.12.2010	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da trib. e participações	28.841	28.841	98.826	98.826
Juros s/ Capital Próprio	-	-	(12.677)	(12.677)
Base de Cálculo	28.841	28.841	86.149	86.149
Adições (Exclusões)	7.589	7.589	9.718	9.718
Lucro Tributável antes das Compensações	21.252	21.252	95.867	95.867
Compensação Prejuízos Fiscais e Base Negativa	(10.929)	(10.929)	(28.760)	(28.760)
Base de Cálculo após Compensações	10.323	10.323	67.107	67.107
Alíquota Normal (15%)	1.548	1.548	10.066	10.066
Adicional do Imposto de Renda (10%)	1.032	-	6.687	-
Valores Devidos	2.581	1.548	16.753	10.066
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(31)	-	(171)	-
Incentivos Fiscais	-	-	(282)	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(22)	-	(67)	-
IR e CSLL a Pagar	2.528	1.548	16.233	10.066

b) Créditos Tributários Ativados

O banco mantém registrado, como Ativo Fiscal Diferido, Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente, sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa, que totaliza R\$ 18.400 mil, demonstrado a seguir:

Descrição	Saldo em 31.12.2010	Realizações	Constituição	Saldo em 31.03.2011	Crédito tributário
Prejuízo Fiscal	36.981	(10.931)	-	26.050	6.512
Base Negativa	62.900	(11.162)	-	51.738	11.888
Total	99.881	(22.093)	-	77.788	18.400

Notas Explicativas

Os créditos tributários foram constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes de IRPJ (25%) e CSLL (15%) sobre suas respectivas bases e, atualmente, são observados os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução nº 3.059/2002, do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução nº 3.355/2006, também do Conselho Monetário Nacional.

A ativação de crédito tributário está fundamentada em estudo técnico demonstrativo da expectativa de geração de resultados futuros, que possibilitam a sua realização no prazo de até 10 anos, conforme a seguir:

Ano de Realização	IRPJ a Compensar	CSLL a Compensar	Total Geral
2011	(3.266)	(1.085)	(4.351)
2012	(3.793)	(3.626)	(7.419)
2013	-	(3.974)	(3.974)
2014	-	(2.656)	(2.656)
Total	(7.059)	(11.341)	(18.400)

c) Créditos Tributários Não Ativados

O banco possui registrados créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 64.126 mil, demonstrado a seguir:

Descrição	Saldo em 31.12.2010	Realizações	Constituição	Saldo em 31.03.2011	Crédito tributário
Provisão p/ Créditos em Liquidação	104.386	-	10.226	114.612	47.838
Provisão p/ Outros Créditos	20.691	-	2.318	23.009	8.871
Provisão p/ Passivos Trabalhistas	(555)	-	70	(485)	(204)
Provisão p/ Ações Cíveis	9.120	(111)	-	9.009	3.620
Prejuízos em Operações. Swap	516	-	-	516	129
Provisão p/ Diferença de Inventário	3.056	-	-	3.056	1.222
Provisão p/ Riscos Fiscais	2.708	-	93	2.801	1.106
Provisão p/ Outros Valores e Bens	3.691	(75)	-	3.616	1.544
Total das Adições Temporárias	143.613	(186)	12.707	156.134	64.126

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

22.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais:

Outras Receitas Operacionais	31. 03. 11	31. 03. 10
Recuperação de Encargos e Despesas	25	593
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	932	776
Atualização Monetária de Valores Ativos	-	13
Outros	1.075	345
Total	2.032	1.727

Outras Despesas operacionais	31.03. 11	31. 03.10
Despesas Carteira Imobiliária	20	951
Despesas Descontos Concedidos	15	10
Despesas de Atualização de Impostos e Contribuição	93	120
Despesas de Atualização Monetária de Valores Passivos	114	120
Despesas de Atualização de Ações Judiciais	264	376
Despesas de Ações Judiciais	479	72
Despesas FCVS Ajuste Rap/Refin	349	-
Outras Despesas Operacionais	6	87
Total	1.340	1.736

Notas Explicativas

22.2 Outras Receitas/Despesas Não Operacionais:

Outras Receitas/ Despesas Não Operacionais	31.03.11	31.03.10
Reversão de provisões não operacionais	75	43
Insubsistências Passivas	5	3
Lucros em Transações com Valores Mobiliários	220	46
Rendas de Aluguel	60	59
Outras Receitas não Operacionais	68	15
Insubsistências ativas	(18)	(9)
Superveniência Passiva	(1)	(19)
Roubos por Assalto	(97)	(249)
Outras Despesas não Operacionais	(4)	(48)
Total	308	(159)

23. Convergência Contábil aos Padrões Internacionais

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas demonstrações financeiras do BANPARÁ, conforme abaixo:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29/05/2008, do CMN);
- CPC-03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29/08/2008, do CMN);
- CPC-05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30/06/2009, do CMN);
- CPC-25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN); e
- CPC-33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM Nº 600, de 7/10/2009).

Atualmente não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Portanto, não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras do BANPARÁ.

A Resolução CMN nº 3.786, de 24 de setembro de 2009, e as Circulares BACEN nº 3.472, de 23 de outubro de 2009 e nº 3.516, de 23 de dezembro de 2010, estabeleceram que somente as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – International Accounting Standards Board.

O BANPARÁ não possui subsidiárias e não controla Empresas de Propósito Específico (EPE), portanto, considerando os termos do IAS 27 e do SIC 12, não está sujeita a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das Informações Trimestrais (ITR)

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco do Estado do Pará S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A. (Banco), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e as demais notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida pelas normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não está adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demais informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 15 de fevereiro de 2011, que não contém modificação.

Revisão dos valores correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010

As informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, os quais emitiram relatório datado em 14 de maio de 2010, que não contém modificação.

Fortaleza, 6 de maio de 2011

KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes)
CRC 2SP013439/O-5-F-PA

Eliardo Araújo Lopes Vieira
Gurgel
Contador CRC 1SP241582/O-1-F-PA
1RJ087339/O-4-F-PA

José Luiz de Souza
Contador CRC